

Sr. Subsecretário-Adjunto.

Trata-se este administrativo de procedimento visando a contratação direta por inexigibilidade da **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACÕES DA PREVIDÊNCIA S.A. (DATAPREV)** cujo objeto é o acesso à base de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), com a finalidade de atender à demanda identificada no âmbito da Coordenadoria de Informações Estratégicas para o Controle Externo – CIC.

Nos termos da instrução dessa Coordenadoria, datada de 23.07.24, a presente contratação tem respaldo no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, “Inexigibilidade de Licitação”, face à inviabilidade de competição caracterizada, tendo sido informado que a empresa atende às condições de habilitação exigidas para a formalização da contratação pretendida (ANEXOS 13 e 14).

Cumprе registrar, que a DATAPREV é uma empresa pública que fornece soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o aprimoramento e a execução de políticas sociais do Estado Brasileiro, provendo a tecnologia necessária para os programas estratégicos e sociais do governo brasileiro, dentre os quais: (i) processamento do pagamento mensal de cerca de 32 milhões de benefícios previdenciários; (ii) responsável pela aplicação on-line que faz a liberação de seguro-desemprego; (iii) processamento das informações previdenciárias da Receita Federal do Brasil; dentre outros serviços, conforme descrito na Proposta Comercial (ANEXO 08), estando demonstrando, desta forma, a inviabilidade de competição uma vez que a citada empresa é quem operacionaliza o Sistema SIRC requestado pela unidade demandante (CIC).

A Proposta Comercial foi elaborada com base na volumetria estimada mensal de 1.000.000 de quantidade de registros batidos (conforme manifestação da CIC a fl. 16 anexo 02)¹ ao custo unitário de R\$ 0,02610 perfazendo o valor mensal estimado de R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais), totalizando o custo estimado em 12 (doze) meses em R\$ 313.200,00 (trezentos e treze mil e duzentos reais).

Dito isso, o **bloqueio orçamentário** foi efetivado pela **CPG**, em 24.07.24, no valor de R\$ 313.200,00 (trezentos e treze mil e duzentos reais), através da Nota de Reserva FEM nº 2024NR00019 (arquivo digital do dia 24.07.24), com posterior remessa à **d. PGT**, que, em 01.08.24 e 06.08.24, **ao realizar a análise jurídica da contratação pleiteada**, na forma do art. 53 da Lei nº 14.133/21, **exarou os seguinte pareceres**, *in verbis*:

“Verifico que a minuta em apreciação contém em sua cláusula quarta a previsão de contratação direta, sem no entanto especificar claramente o fundamento da contratação (se por dispensa ou por inexigibilidade de licitação).

Com relação a este aspecto, entendo que a hipótese configura inexigibilidade de licitação, uma vez que está caracterizada a inviabilidade de competição, uma vez que pode ser depreendido do anexo 7 que existe inviabilidade de competição, na medida em que somente o DATAPREV pode fornecer tal serviço, com base, ainda, em informações disponibilizadas pelo INSS, caracterizando a premissa a que se refere o caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à minuta em exame, certamente já analisada pelos órgãos de assessoria jurídica da União, com exceção da recomendação de que seja adotado exclusivamente o fundamento da inexigibilidade de licitação na cláusula quarta, nada mais temos a recomendar.

¹ Prezado Pedro,

Considerando as respostas anteriores a esta mensagem, bem como as reuniões prévias sobre o assunto aqui tratado, **solicito que a seja enviada proposta de contratação para a Faixa 5 – Acima de 500.000 de modo que o TCERJ esteja apto a fazer, mensalmente, o batimento de cerca de 1.000.000 CPFS.** (grifamos)

Por todo o exposto, resta aprovado o exame prévio de legalidade a que se refere o art. 53 da Lei nº 14.133/2021.”

“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, no qual entende configurar hipótese de inexigibilidade de licitação, concluindo, ainda, regularidade da minuta apresentada, nos termos do art. 53, da Lei nº 14.133/2021.”

Ante o exposto, considerando que o valor do bloqueio orçamentário realizado pela CPG é referente ao custo total estimado a ser contratado para 12 (doze) meses;

Considerando que o valor estimado mensal a ser contratado equivalente a 5/12 (cinco doze avos – agosto/2024 a dezembro/2024) perfaz o montante de R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais); e

Considerando as informações da CLC, bem como o parecer da d. PGT, **opino** pela emissão de empenho pela CPG e posterior envio à CLC para as providências cabíveis.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matr.: 02/3839

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal)², considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **TIPIFICADA**.

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria para a emissão de notas de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço estimado R\$
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A. - DATAPREV	42.422.253/0001-01	130.500,00

Posteriormente, solicitamos o envio à CLC, para que providencie a lavratura definitiva do contrato (ANEXO 6 do dia 23.07.24), **ressaltando-se a recomendação da PGT quanto à fundamentação da cláusula quarta** e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade do Contrato e da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021, **recomendando-se, também, que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação.**

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/4265

² [Art. 42](#). É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

[Parágrafo único](#). Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.